CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para as questões de 1 a 5.

Parece que o processo de destruição do pensamento individual é uma consequência natural das nossas práticas educativas. Quanto mais se é obrigado a ler, menos se pensa. Schopenhauer tomou consciência disso e o disse de maneira muito simples em alguns textos sobre livros e leitura. O que se toma por óbvio e evidente é que o pensamento está diretamente ligado ao número de livros lidos. Tanto assim que se criaram técnicas de leitura dinâmica que permitem que se leia **Grande Sertão – Veredas** em pouco mais de três horas.

Ler dinamicamente, como se sabe, é essencial para se preparar para o vestibular e para fazer os clássicos "fichamentos" exigidos pelos professores. Schopenhauer pensa o contrário: "É por isso que, no que se refere a nossas leituras, a arte de não ler é sumamente importante". Isso contraria tudo o que se tem como verdadeiro, e é preciso seguir seu pensamento. Diz ele: "Quando lemos, outra pessoa pensa por nós: só repetimos seu processo mental".

Quanto a isso, não há dúvidas: se pensamos os nossos pensamentos enquanto lemos, na verdade não lemos. Nossa atenção não está no texto. Ele continua: "Durante a leitura, nossa cabeça é apenas o campo de batalha de pensamentos alheios. Quando estes, finalmente, se retiram, o que resta? Daí se segue que aquele que lê muito e quase o dia inteiro perde, paulatinamente, a capacidade de pensar por conta própria".

Nietzsche pensava o mesmo e chegou a afirmar que, nos seus dias, os eruditos só faziam uma coisa: passar as páginas dos livros. E com isso haviam perdido a capacidade de pensar por si mesmos. "Na verdade, eles não pensam; eles reagem. Vi isso com meus próprios olhos: pessoas bem-dotadas que, aos trinta anos, haviam se arruinado de tanto ler. De manhã cedo, quando o dia nasce, quando tudo está nascendo – ler um livro é simplesmente algo depravado".

E, no entanto, eu me daria por feliz se as nossas escolas ensinassem uma única coisa: o prazer de ler!

Internet: <https:rubemalves.wordpress.com> (com adaptações).

QUESTÃO 1

A respeito de aspectos gramaticais e semânticos do trecho "Quanto mais se é obrigado a ler, menos se pensa. Schopenhauer tomou consciência disso e o disse de maneira muito simples em alguns textos sobre livros e leitura" (linhas de 3 a 5), assinale a alternativa correta.

(A) Haveria prejuízo gramatical para o texto caso se inserisse **tanto** imediatamente antes de "menos".
(B) Caso se queira reduzir a expressão "muito simples" a uma única palavra, esta só poderia ser **simplíssima**.
(C) O pronome "o" retoma, por coesão, o substantivo Schopenhauer.
(D) O termo "disso" é uma contração da preposição **de** com o pronome **isso** e remete a todo o período imediatamente anterior.
(E) A preposição "sobre" tem, na frase, o sentido de **em cima de**.

QUESTÃO 2

Considerando as ideias do texto, assinale a alternativa correta.

(A) Infere-se do texto que, por se pautarem na obrigatoriedade da leitura de grande quantidade de livros, as práticas educativas prejudiquem a autonomia do pensamento e o prazer da leitura.
(B) De acordo com o texto, a leitura dinâmica é de grande proveito na preparação do candidato a concursos públicos, visto que se assenta em reflexões, permitindo aprofundamentos na compreensão das obras lidas.
(C) O texto expõe o pensamento de pensadores e professores, que são unânimes na defesa da numerosidade de obras lidas para a edificação da cultura do indivíduo, ainda que em detrimento da qualidade da leitura.
(D) A partir das informações do texto, conclui-se que, quanto menos se pensa, mais se é obrigado a ler, sendo isso uma consequência natural das práticas educativas atuais.
(E) Afirma-se no texto que aquele que lê muito e quase o dia inteiro perde, paulatinamente, a capacidade de pensar por conta própria, do mesmo modo que quem sempre anda a cavalo acaba esquecendo como se anda a pé.

QUESTÃO 3

Com relação às estruturas linguísticas e aos sentidos do texto, assinale a alternativa correta.

(A) Haveria prejuízo gramatical para o período caso fossem substituídos os dois-pontos da linha 28 por um travessão, pois este isolaria, incorretamente, uma oração que restringe o termo anterior a que se refere.
(B) Por não interferirem no sentido da frase em que se inserem, as vírgulas da linha 11 são facultativas, podendo ser corretamente excluídas.
(C) Na abertura do texto, "Parece" é empregado como verbo que tem significação completa e que deixa entrever alguma incerteza do autor sobre o enunciado a ser apresentado.
(D) Seria mantida a correção gramatical se fosse substituída a forma verbal "haviam" (linha 29) por **havia**.
(E) A troca de "mesmos" (linha 30) por **próprios** criaria uma impropriedade vocabular no período, com modificação do sentido original.

QUESTÃO 4

Acerca da correção gramatical do texto, dos conteúdos nele apresentados e de sua tipologia textual, assinale a alternativa correta.

(A) Uma vez que se presta a fornecer esclarecimentos acerca dos processos de leitura, esse texto é classificado como instrucional.
(B) Nas linhas 8 e 9, haverá prejuízo gramatical para o texto caso se substitua "que permitem que se leia" por **permitem que leia-se**.
(C) Nas linhas 14 e 15, seria correta a inclusão do acento indicativo de crase no "a" da construção "no que se refere a nossas leituras".
(D) A construção "Fiz o meu dever" pode equivaler a **Fi-lo**. Da mesma forma, "Diz ele" (linha 17) corresponde a **Di-lo**.
(E) De acordo com a norma-padrão, seria mantida a correção gramatical, na linha 19, caso a forma verbal "há" fosse substituída por **tem**.

QUESTÃO 5

Assinale a alternativa que apresenta proposta de reescrita gramaticalmente correta e coerente para o seguinte trecho do texto: "Durante a leitura, nossa cabeça é apenas o campo de batalha de pensamentos alheios. Quando estes, finalmente, se retiram, o que resta? Daí se segue que aquele que lê muito e quase o dia inteiro perde, paulatinamente, a capacidade de pensar por conta própria" (linhas de 21 a 26).

(A) **Durante a leitura, nossa cabeça é apenas o campo de batalha de pensamentos alheios. Quando os campos de batalha finalmente, se retiram, resta o que? Daí se segue que aquele que lê muito e quase o dia inteiro perde, gradualmente, a capacidade de pensar por conta própria**
(B) **Enquanto se lê, nossa cabeça é apenas o campo de batalha de pensamentos de estranhos. Como estes, finalmente, se retiram, o que resta? Consequentemente, aquele que lê muito e quase o dia inteiro perde, paulatinamente, a capacidade de pensar por conta própia**
(C) **Enquanto se lê, a cabeça da gente é apenas o campo de batalha de pensamentos alheios. Como estes, finalmente, se retiram, o que resta? Daí se segue que aquele que lê muito e o dia inteiro perde, paulatinamente, a capacidade de pensar por conta própria**
(D) **No decurso da leitura, nossa cabeça é somente o campo de batalha de pensamentos de outrem. Quando esses pensamentos, finalmente, são afastados, o que resta? Por conseguinte, aquele que lê muito e quase o dia inteiro perde, pouco a pouco, a capacidade de pensar por conta própria**
(E) **Enquanto se lê, nossa cabeça é apenas o campo de batalha de pensamentos alheios. Quando estes, finalmente, se retiram, o que resta? Daí se segue que aquele que lê muito e quase o dia inteiro perde, rapidamente, a capacidade de pensar por conta própia**

QUESTÃO 6

À noite, no jardim, uma maçã teria caído não em sua cabeça, mas entre ele e a Lua. Ao ver a cena, Newton teria se questionado se a força que puxava a maçã para baixo era a mesma que fazia a Lua girar em torno da Terra.

Internet: <http://super.abril.com.br>.

Quando se fala em dinâmica de corpos, a imagem que vem à cabeça é a clássica e mitológica de Isaac Newton, lendo seu livro sob uma macieira. Repentinamente, uma maçã cai sobre a sua cabeça. Segundo consta, este foi o primeiro passo para o entendimento da gravidade, que atraía a maçã.

Internet: <http://www.sofisica.com.br>.

Considerando-se as estruturas sintáticas e os aspectos semânticos da língua portuguesa nos fragmentos de texto acima, é correto afirmar que,

(A) no primeiro fragmento, as duas vírgula que isolam "no jardim" foram empregadas para separar termo de caráter explicativo.
(B) no primeiro fragmento, é facultativo o emprego repetido do "se" em "teria se questionado se a força", visto que a primeira ocorrência pode ser excluída, sem prejuízo gramatical para o texto.
(C) no segundo fragmento, caso se colocasse o "se" depois de "fala", seria mantida a correção gramatical do texto, pois a colocação é, no caso, opcional.
(D) no segundo fragmento, o uso do acento indicativo de crase em "vem à cabeça" deve-se à regência do substantivo "imagem" e à presença do artigo feminino, determinando "cabeça".
(E) em ambos os fragmentos de texto, a referência à queda da maçã sobre a cabeça de Newton é tratada como um fato sem comprovação histórica.

Texto para as questões de 7 a 9.

A história de que Newton descobriu a gravidade quando uma maçã caiu em sua cabeça é antiga. Um dos primeiros a contá-la foi o filósofo Voltaire, que escreveu sobre Newton e o tornou famoso entre os franceses. Voltaire afirmou ter ouvido a história de uma sobrinha do físico. Já o biógrafo William Stukeley disse ter ouvido do próprio. Segundo eles, o fato teria ocorrido em 1665, quando Newton estava na casa da mãe, protegendo-se da peste das cidades. À noite, no jardim, uma maçã teria caído não em sua cabeça, mas entre ele e a Lua. Ao ver a cena, Newton teria se questionado se a força que puxava a maçã para baixo era a mesma que fazia a Lua girar em torno da Terra. Verdade ou não, o fato é que o físico ainda demoraria duas décadas para fazer essa descoberta.

Até o século XX, Newton era conhecido como um cara racional. Após sua morte, escritores trataram de ressaltar seus feitos e sua obra-prima, os **Princípios Matemáticos da Filosofia Natural**. Nesse livro, ele mostrou, matematicamente, que um corpo parado ou em movimento tende a ficar assim se não houver outra força na jogada. Com a Lei da Gravitação Universal, Newton provou que todos os corpos do Universo, seja a Lua ou uma maçã, obedecem à mesma força de atração.

Leandro. **Isaac Newton Narloch: fé e física**. *In*: **Superinteressante**. Internet: <http://super.abril.com.br> (com adaptações).

QUESTÃO 7

No que se refere às estruturas do texto e aos conteúdos nele apresentados, assinale a alternativa correta.

(A) O adjetivo "próprio" (linha 6) refere-se ao filósofo Voltaire.
(B) De acordo com o texto, escritos de Voltaire celebrizaram Newton mundialmente.
(C) O texto menciona três personagens importantes da história mundial: Newton; Voltaire; e William Stukeley.
(D) O texto afirma que Isaac Newton foi atingido pela peste negra, uma pandemia tão devastadora que chegou a dizimar um terço da população mundial.
(E) O substantivo "físico" (linha 5) remete, por coesão lexical, a "Newton" (linha 4).

QUESTÃO 8

No texto, sem alteração de sentido, seria sintaticamente correto substituir

(A) "de que" (linha 1) por **da qual**
(B) "quando" (linha 2) por **porque**
(C) "em sua cabeça" (linha 2) por **na cabeça dele**
(D) "Ao ver" (linha 10) por **Ao vir**
(E) "o fato é que" (linha 13) por **o fato é de que**

QUESTÃO 9

Acerca das estruturas linguísticas do texto, assinale a alternativa correta.

(A) Na linha 6, os sentidos do texto estariam preservados caso se substituísse "ter ouvido" por **ouvir**.
(B) O assunto abordado no texto e o veículo utilizado para sua divulgação exigiram do autor a adoção de uma linguagem predominantemente formal, embora se encontrem, de forma esparsa, exemplos de construções em linguagem mais descontraída, própria da informalidade linguística.
(C) Caso fosse substituído o termo "a mesma" (linhas 11 e 12) por **o mesmo**, seriam mantidos a correção gramatical e os sentidos do texto, uma vez que **o mesmo** poderia ser interpretado como **o mesmo fato** ou **o mesmo acaso**.
(D) Mantêm-se a correção gramatical e os sentidos originais do texto se a forma verbal "houver" (linha 20) for substituída por **tiver**, uma vez que será mantido o sujeito: "um corpo parado ou em movimento" (linha 19).
(E) De acordo com a norma-padrão, estaria correta a exclusão do acento indicativo de crase no "à" (linha 22) que antecede "mesma força de atração" (linha 23).

QUESTÃO 10

Com relação à correspondência oficial, assinale a alternativa correta de acordo com o **Manual de Redação da Presidência da República**.

(A) A simplicidade da linguagem é acatada nas comunicações que partem dos órgãos públicos federais, desde que não represente pobreza de expressão.
(B) Dada a grande extensão do território brasileiro, são bem-aceitos os regionalismos vocabulares nos atos e expedientes oficiais.
(C) Uma das caraterísticas do texto oficial é ser coeso, ou seja, ser capaz de transmitir um máximo de informações com um mínimo de palavras.
(D) **Um novo tema social propõe-se ao reconhecimento da demanda não satisfeita, mediante os mecanismos da participação e o coenvolvimento ativo dos operadores** é um exemplo de texto claro e adequado para constar de um documento oficial.
(E) O jargão burocrático deve ter amplo emprego nos atos e expedientes oficiais porque favorece a compreensão das mensagens pelo maior número possível de pessoas.

QUESTÃO 11

De acordo com o que dispõe o Código de ética profissional do servidor público civil do Poder Executivo Federal, assinale alternativa correta.

(A) A moralidade da Administração Pública não se limita à distinção entre o bem e o mal, devendo ser acrescida da ideia de que o fim é sempre o bem comum.
(B) O servidor público jamais poderá desprezar o elemento ético de sua conduta. Assim, terá de decidir somente entre o legal e o ilegal.
(C) A função pública deve ser tida como exercício profissional e, portanto, não se integra na vida particular de cada servidor público.
(D) A dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia e a consciência dos princípios morais não têm significância para o serviço público, o qual deverá observar apenas a estrita legalidade.
(E) Fatos e atos verificados na vida privada do servidor público não poderão acrescer ou diminuir seu bom conceito na vida funcional.

QUESTÃO 12

Segundo o Código de ética profissional do servidor público civil do Poder Executivo Federal, é dever fundamental do servidor público

(A) atender a todas as pressões de superiores hierárquicos, contratantes, interessados e outros que visem obter quaisquer favores, benesses ou vantagens indevidas.
(B) ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade de seu caráter e escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o servidor.
(C) ocultar de seus superiores todo e qualquer ato ou fato contrário ao interesse público.
(D) zelar, no exercício do direito de greve, pelas exigências específicas da defesa da vida e da segurança coletiva.
(E) dificultar a fiscalização de todos os atos ou serviços por quem de direito.

QUESTÃO 13

No que tange às diferenças entre a ética e a moral, assinale a alternativa correta.

(A) A ética é influenciada por fatores sociais e históricos, havendo diferenças entre os conceitos éticos de um grupo para outro, enquanto a moral se pauta pela universalidade.
(B) A ética, verificada na ação reiterada no tempo e no espaço, é tida como particular. A moral, de cunho filosófico, é tida como universal.
(C) Enquanto a ética tem cunho filosófico e está contida na reflexão, a moral está contida na ação.
(D) Enquanto a moral, como disciplina filosófica, é especulativa, a ética, seu objeto de estudo, é normativa.
(E) Moral é o conhecimento que oferta ao homem critérios para a eleição da melhor conduta, tendo em conta o interesse de toda a comunidade humana.

QUESTÃO 14

No exercício de cargo ou função, **não** é considerado como um comportamento ético do servidor público

(A) prestar toda a sua atenção às ordens legais de seus superiores, velando atentamente por seu cumprimento e, assim, evitando a conduta negligente.
(B) deixar qualquer pessoa à espera de solução que compita ao setor em que exerça suas funções, permitindo a formação de longas filas ou qualquer outra espécie de atraso na prestação do serviço.
(C) atuar com cortesia, boa vontade, urbanidade e cuidado.
(D) ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade de seu caráter e escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum.
(E) ter respeito à hierarquia, porém sem nenhum temor de representar contra qualquer comprometimento indevido da estrutura em que se funda o poder estatal.

QUESTÃO 15

O exercício da cidadania dá-se com o gozo de direitos e o desempenho de deveres. Considerando essa informação, assinale a alternativa correta.

(A) Não há qualquer relação entre ética e cidadania, uma vez que a ética se encontra no plano filosófico, enquanto a cidadania se encontra no plano normativo.
(B) O exercício da cidadania deve pautar-se por contornos éticos, materializando-se na escolha da melhor conduta, tendo em vista o bem comum.
(C) É considerada como ética a conduta do cidadão que sonegue o pagamento de impostos, alegando corrupção por parte do governo.
(D) A relação entre ética e cidadania é bastante próxima, pois a cidadania costuma ser uma forma de guiar a ética.
(E) Só pode ser considerado como cidadão aquele que cumpre com seus deveres éticos.

QUESTÃO 16

De acordo com a Lei n.º 5.766/1971, são atribuições dos conselhos regionais de psicologia

(A) elaborar e aprovar o Código de ética profissional do psicólogo e orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de psicólogo.
(B) elaborar e encaminhar a prestação de contas ao tribunal de contas e aprovar as anuidades e demais contribuições a serem pagas pelos psicólogos.
(C) zelar pela observância do Código de ética profissional, impondo sansões por sua violação, e funcionar como tribunal regional de ética profissional.
(D) elaborar a proposta orçamentária anual a ser apreciada pela assembleia dos delegados regionais dentro dos prazos regimentais e fixar os critérios para a elaboração das propostas orçamentárias regionais.
(E) servir de órgão consultivo em matéria de psicologia e publicar, anualmente, o relatório de seus trabalhos e a relação de todos os psicólogos registrados.

QUESTÃO 17

Consoante dispõe a Resolução CFP n.º 3/2007, assinale a alternativa correta.

(A) Seleção profissional é o processo por meio do qual, por intermédio de métodos e técnicas psicológicas, se investigam os interesses, as aptidões e as características de personalidade do consultante, visando proporcionar-lhe condições para a escolha de uma profissão.
(B) Método psicológico é o processo por meio do qual, por intermédio de métodos e técnicas psicológicas, se diagnosticam e prognosticam as condições de ajustamento e desempenho da pessoa a um cargo ou atividade profissional, visando a alcançar eficácia organizacional e procurando atender às necessidades comunitárias e sociais.
(C) Técnica é o conjunto sistemático de procedimentos orientados para fins de produção ou aplicação de conhecimentos.
(D) Diagnóstico psicológico é o processo por meio do qual, por intermédio de métodos e técnicas psicológicas, se analisa e se estuda o comportamento de pessoas, de grupos, de instituições e de comunidades, em sua estrutura e em seu funcionamento, identificando-se as variáveis nele envolvidas.
(E) Orientação psicopedagógica é o processo que propicia condições de autorrealização, de convivência e de desempenho para o indivíduo, o grupo, a instituição e a comunidade, mediante métodos psicológicos preventivos, psicoterápicos e de reabilitação.

QUESTÃO 18

À luz da Lei n.º 8.666/1993, é correto afirmar que

(A) as obras e os serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratados com terceiros, sejam necessariamente precedidos de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas na própria Lei n.º 8.666/1993.
(B) as normas de licitações e contratos devam privilegiar o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas, empresas de capital estrangeiro e empresas de pequeno e médio porte, desde que possuam apenas uma filial.
(C) se considere como obra pública toda atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse para a Administração, tais como: demolição; conserto; instalação; montagem; operação; conservação; reparação; adaptação; manutenção; transporte; locação de bens; publicidade; seguro; e trabalhos técnico-profissionais.
(D) deverá o licitante, para concorrer à licitação, participar, direta ou indiretamente, do projeto básico ou executivo, quer seja pessoa física ou jurídica, e, no caso desta última, deverá ainda ter pelo menos quatro anos e meio de atividades exercidas na área.
(E) as modalidades de licitação enumeradas na Lei de maneira exaustiva sejam o leilão, a comissão, a concorrência, a tomada de preços, o convite e o concurso.

QUESTÃO 19

Conforme o Decreto-Lei n.º 200/1967, assinale a alternativa correta.

(A) Entende-se por empresa pública o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios para executar atividades típicas da Administração Pública que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizadas.

(B) Entende-se por sociedade de economia mista a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei para a exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam, em sua maioria, à União ou à entidade da Administração indireta.

(C) Fundação pública nada mais é que a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e capital exclusivo da União, criada por lei para a exploração de atividade econômica que o governo seja levado a exercer por força de contingência ou de conveniência administrativa, podendo revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito.

(D) Entende-se por autarquia a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criada em virtude de autorização legislativa para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgãos ou entidades de direito público, com autonomia administrativa, patrimônio próprio, gerido pelos respectivos órgãos de direção, e funcionamento custeado por recursos da União e de outras fontes.

(E) As atividades da Administração Federal obedecerão aos seguintes princípios fundamentais: planejamento; subordinação; disciplina; centralização com delegação de competência; e controle orçamentário global.

QUESTÃO 20

Segundo a Resolução CFP n.º 20/2007, é correto afirmar que

(A) o Conselho Regional de Psicologia da 17.ª Região seja uma autarquia federal integrante do Conselho Federal de Psicologia (CFP), dotada de personalidade jurídica de direito privado, com autonomia político-administrativa e financeira, com sede em Natal e jurisdição no estado do Rio Grande do Norte.

(B) o Conselho Regional de Psicologia (CRP) seja composto pelos seguintes órgãos consultivos: um plenário; uma diretoria executiva; duas comissões de ética e uma de justiça; oito congressos; e duas assembleias mistas.

(C) a diretoria, órgão responsável pela operacionalização de diretrizes e decisões do plenário, seja constituída de presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro e assistente técnico, eleitos pela assembleia anual, pelo prazo de dois anos, sendo permitida sua reeleição por apenas três vezes.

(D) compita ao vice-presidente, ao secretário e ao tesoureiro, nesta ordem, e na falta de todos eles, ao membro mais idoso do conselho, substituir sucessivamente, em seus impedimentos ou suas faltas temporárias, os cargos vagos na escala, devendo a substituição ser referendada pelo plenário. O tesoureiro, entretanto, somente poderá substituir o presidente.

(E) o CRP da 17.ª Região tenha como finalidade orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de psicólogo no território sob sua jurisdição, competindo-lhe zelar pela fiel observância dos princípios ético-profissionais e contribuir para o desenvolvimento da psicologia como ciência e profissão.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 21

Segundo a Lei de improbidade administrativa, atentam contra os princípios da Administração Pública as ações ou omissões que violem os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições, tais como

(A) permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado.
(B) retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício.
(C) ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento.
(D) permitir, facilitar ou concorrer para que terceiro se enriqueça ilicitamente.
(E) perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou a aplicação de verba pública de qualquer natureza.

QUESTÃO 22

De acordo com a Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, **não** é impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou a autoridade que

(A) tenha participado ou venha a participar como perito, testemunha ou representante em situações que envolvam cônjuge, companheiro ou parente e afins até o quinto grau.
(B) esteja litigando administrativamente com o interessado.
(C) tenha interesse indireto na matéria.
(D) tenha interesse direto na matéria.
(E) esteja litigando judicialmente com o companheiro do interessado.

QUESTÃO 23

A respeito da responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa correta.

(A) Segundo a Constituição Federal de 1988 (CF), a responsabilidade civil estatal subsume-se à teoria do risco administrativo exclusivamente para as condutas estatais comissivas.
(B) Conforme o Superior Tribunal de Justiça (STJ), para que se caracterize a responsabilidade civil do Estado pela morte de um detento em uma delegacia, um presídio ou uma cadeia pública, é necessário se inquirir sobre a existência de meios disponíveis à Administração Pública para evitar o ocorrido.
(C) A CF, nas condutas estatais omissivas, aceita a teoria do risco integral.
(D) A omissão do Estado reclama nexo de causalidade em relação ao dano sofrido pela vítima nos casos em que o Poder Público ostente o dever legal e a efetiva possibilidade de agir para impedir o resultado danoso.
(E) A responsabilidade civil do Estado, nos termos da CF, confunde-se com a responsabilidade subjetiva de seus agentes, perquirida em ação regressiva ou autônoma.

QUESTÃO 24

Para os fins da Lei n.º 8.666/1993, as compras, sempre que possível, deverão

(A) submeter-se a condições de aquisição e pagamento mais vantajosas que às do setor privado.
(B) ser processadas independentemente de sistema de registro de preços.
(C) atender a princípio de padronização que imponha compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas.
(D) ser efetuadas em parcela única e com pagamento à vista.
(E) balizar-se pelos preços praticados no âmbito do setor privado.

QUESTÃO 25

Acerca da concessão de serviço público, assinale a alternativa **incorreta**.

(A) Por meio da concessão, o Estado atribui o exercício de um serviço público a alguém que aceite prestá-lo em nome próprio, por sua conta e risco, nas condições fixadas e alteráveis unilateralmente pelo Poder Público, mas sob garantia contratual de um equilíbrio econômico-financeiro.
(B) O poder concedente é titular, dentre outros, do *ius imperii* no atendimento do interesse público.
(C) Os contratos poderão prever mecanismos de revisão das tarifas a fim de manter o equilíbrio econômico-financeiro.
(D) A tarifa, como instrumento de remuneração do concessionário de serviço público, é exigida diretamente dos usuários.
(E) A relação jurídica existente entre a concessionária e o usuário possui natureza tributária.

QUESTÃO 26

Conforme a CF, extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor estável

(A) ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
(B) será aposentado, com direito à remuneração proporcional ao tempo de serviço.
(C) será exonerado, com direito à remuneração integral do cargo.
(D) será aproveitado em outro cargo, com direito à remuneração integral do cargo.
(E) será reconduzido a outro cargo, com remuneração equivalente.

QUESTÃO 27

Acerca dos direitos fundamentais segundo a CF, assinale a alternativa **incorreta**.

(A) Os acordos internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
(B) Subsiste, no sistema normativo brasileiro, base legal para prisão civil do depositário infiel, quer se trate de depósito voluntário (convencional) ou cuide-se de depósito necessário, como o é o depósito judicial.
(C) A República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como um de seus fundamentos a dignidade da pessoa humana, instrumento realizador de seu ideário de construção de uma sociedade justa e solidária.
(D) Os tratados de direitos humanos têm hierarquia superior à lei ordinária, ostentando *status* normativo supralegal.
(E) Os direitos à filiação, à identidade genética e à busca pela ancestralidade integram uma parcela significativa dos direitos da personalidade e são elementos indissociáveis do conceito de dignidade da pessoa humana.

QUESTÃO 28

Com relação aos direitos sociais na CF, assinale a alternativa correta.

(A) É dever do Estado e direito subjetivo das crianças com idade entre zero e sete anos o acesso à educação infantil, de forma gratuita, em creche e pré-escola.
(B) O princípio da isonomia previsto no texto constitucional deve ser aplicado como norma instituidora de garantia ao tratamento isonômico, ou seja, projeta-se, por meio de norma de eficácia limitada, para assegurar a todos, indistintamente, independentemente de raça, cor, sexo, classe social, situação econômica, orientação sexual e convicções políticas e religiosas, igual tratamento perante a lei.
(C) Muito embora o legislador ordinário tenha uma considerável liberdade de conformação quanto ao conteúdo das elaborações normativas ou relativamente ao modo de organizar a concretização desses direitos, é inegável que os direitos fundamentais sociais sejam dotados de vinculatividade normativo-constitucional.
(D) De acordo com o Supremo Tribunal Federal (STF), a garantia constitucional de acesso da criança à educação pode ser obstada por razões orçamentárias, a despeito do princípio da dignidade da pessoa humana.
(E) A licença-gestante, com duração de cento e vinte dias, é exclusiva para as mulheres investidas em cargo efetivo, via concurso público, não se aplicando aos cargos em comissão, de livre nomeação e exoneração.

QUESTÃO 29

No que se refere às funções essenciais à justiça, assinale a alternativa correta segundo a CF.

(A) Aos membros do Ministério Público é garantida a vitaliciedade após três anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado.
(B) À Defensoria Pública aplicam-se exclusivamente os princípios da unidade e da indivisibilidade, não sendo dotada de independência funcional como o Ministério Público.
(C) Aos membros do Ministério Público é vedado exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública.
(D) Aos membros do Ministério Público é garantido o direito de participar de sociedade comercial, na forma da lei.
(E) Aos procuradores dos estados e do Distrito Federal é assegurada a estabilidade após três anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios e após relatório circunstanciado das corregedorias.

QUESTÃO 30

No que concerne às atribuições e às responsabilidades do presidente da República, assinale a alternativa correta à luz da CF.

(A) O presidente da República, na vigência de seu mandato, poderá ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções.
(B) Nos crimes de responsabilidade, compete ao STF processar e julgar, originariamente, o presidente da República.
(C) Cabe ao Senado autorizar ou não a instauração do processo de *impeachment* contra o presidente da República nos crimes de responsabilidade.
(D) Os atos que atentem contra a CF e, especialmente, contra a probidade na administração, inserem-se entre os crimes de responsabilidade do presidente da República.
(E) O presidente não ficará suspenso de suas funções em casos de infrações penais comuns, ainda que recebida denúncia ou queixa-crime.

QUESTÃO 31

Pedro, psicólogo do CRP de Natal, contou a alguém fato de que tinha ciência em razão de seu cargo e que devia permanecer em segredo, o que resultou em dano à Administração Pública.

Com base nesse caso hipotético, a conduta de Pedro poderá ser tipificada como

(A) advocacia administrativa.
(B) violação de sigilo funcional.
(C) desobediência.
(D) tráfico de influência.
(E) favorecimento pessoal.

QUESTÃO 32

Maria, funcionária pública, inseriu, em documento particular, declaração falsa, com o fim de alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Com base nessa situação hipotética, a conduta de Maria poderá ser tipificada como

(A) falsificação de documento particular.
(B) falso reconhecimento de firma ou letra.
(C) certidão ou atestado ideologicamente falso.
(D) uso de documento falso.
(E) falsidade ideológica.

QUESTÃO 33

Acerca dos princípios do direito do trabalho, assinale a alternativa correta.

(A) Após a Reforma Trabalhista, trazida pela Lei n.º 13.467/2017, houve a previsão de o empregado negociar livremente com seu empregador, nas mesmas condições concedidas aos sindicatos, as cláusulas do contrato de trabalho. Dessa forma, é certo que o princípio da proteção ao trabalhador não esteja mais presente nas relações trabalhistas, independentemente do nível de instrução do empregado, conforme a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).
(B) O princípio da função integrativa do direito do trabalho permite ao intérprete, quando houver várias interpretações sobre a mesma norma, utilizar a norma mais favorável ao trabalhador.
(C) O princípio da aplicação da norma mais favorável ao trabalhador é absoluto e poderá ser aplicado mesmo quando existirem normas de ordem pública.
(D) Pelo princípio da continuidade da relação de emprego, o contrato de trabalho é firmado por tempo indeterminado, ou seja, não há prazo previamente fixado para seu fim. Assim, a obrigação de provar a ruptura do contrato de trabalho é do empregador.
(E) Em respeito ao princípio da primazia da realidade, o trabalho exercido de fato não se sobrepõe às disposições contratuais escritas.

QUESTÃO 34

Conforme as normas contidas na CLT e as súmulas do Tribunal Superior do Trabalho (TST) sobre a proteção do trabalho da mulher, assinale a alternativa correta.

(A) A confirmação do estado de gravidez advindo no curso do contrato de trabalho, se ocorrer durante o prazo do aviso prévio trabalhado ou indenizado, não garante à empregada gestante a estabilidade provisória, sendo possível a dispensa, sem justa causa, pelo empregador.
(B) O desconhecimento do estado gravídico pelo empregador afasta o direito ao pagamento da indenização decorrente da estabilidade.
(C) A garantia de emprego à gestante autoriza sua reintegração ao trabalho, mesmo se já exaurido o período de estabilidade.
(D) Em caso de parto antecipado, a mulher não terá direito aos 120 dias de licença-maternidade.
(E) A empregada gestante tem direito à licença-maternidade de 120 dias, sem prejuízo do emprego e do salário, mediante atestado médico, devendo notificar seu empregador da data do início do afastamento do emprego, que poderá ocorrer entre o 28.º dia antes do parto e a ocorrência deste.

QUESTÃO 35

João presta serviços para uma empresa preponderantemente fora das dependências do empregador, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação que, por sua natureza, não se constituem como trabalho externo.

Considerando essa situação hipotética e as normas presentes na CLT, assinale a alternativa correta.

(A) Não é possível caracterizar relação de emprego entre João e a empresa, uma vez que os serviços realizados por João ocorrem preponderantemente fora de suas dependências.
(B) O regime descrito na situação hipotética é o de teletrabalho e, nesse caso, João não tem direito à limitação de jornada de trabalho.
(C) João possuirá jornada de trabalho de oito horas e consequentemente terá direito a horas extras, intervalos e adicional noturno, independentemente da condição efetiva do empregador de controlar e fiscalizar o trabalho realizado.
(D) Caso João desempenhe suas atividades no regime de teletrabalho, seu comparecimento às dependências da empresa para a realização de atividades específicas que exijam a presença do empregado no estabelecimento descaracterizará esse regime.
(E) Se João estiver no regime de teletrabalho, não poderá ser realizada a alteração para o regime presencial por determinação do empregador, mesmo respeitando-se prazos de transição e realizando-se os devidos registros em aditivo contratual.

QUESTÃO 36

A respeito da competência da Justiça do Trabalho, assinale a alternativa correta.

(A) Compete à Justiça do Trabalho julgar as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da Administração Pública direta e indireta, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.
(B) Compete à Justiça comum julgar as ações de indenização, por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho.
(C) O servidor público da Administração Pública indireta regido pela CLT será julgado pela Justiça comum estadual, competente para conciliar e julgar os dissídios entre o denominado empregado público e a Administração Pública.
(D) Compete ao TST julgar os conflitos de competência entre tribunais superiores e qualquer outro tribunal.
(E) A Justiça comum é responsável por processar e julgar as ações sobre representação sindical entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores e entre sindicatos e empregadores.

QUESTÃO 37

Com relação ao processo do trabalho, assinale a alternativa correta.

(A) O prazo prescricional para postulação de créditos trabalhistas é de cinco anos para trabalhadores urbanos e de dois anos para trabalhadores rurais.
(B) Os recursos serão interpostos por simples petição e terão, em regra, efeito suspensivo, salvo as exceções previstas na CLT, permitida a execução provisória até a penhora.
(C) O não comparecimento do reclamante à audiência importa revelia, além de confissão quanto à matéria de fato.
(D) Os dissídios individuais cujos valores não excedam a quarenta vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo.
(E) Nos dissídios coletivos, quando não houver sindicato representativo da categoria econômica ou profissional, a representação não poderá ser instaurada pelas federações correspondentes, mas sim pelas confederações respectivas.

QUESTÃO 38

Carlos é autor de determinada ação trabalhista contra uma empresa.

Com base nesse caso hipotético e nas normas contidas na CLT, assinale a alternativa correta.

(A) Quando se tratar de inquérito, Carlos e a empresa não poderão indicar mais de três testemunhas.
(B) É faculdade de Carlos e obrigação da empresa a apresentação de um perito.
(C) As testemunhas comparecerão à audiência, independentemente de notificação ou intimação.
(D) Como testemunha, a irmã de Carlos poderá prestar compromisso e seu depoimento valerá como prova.
(E) O documento em cópia oferecido para prova não poderá ser declarado como autêntico, sob responsabilidade pessoal do advogado de Carlos.

QUESTÃO 39

Tomando-se por base o conceito de seguridade social, assinale a alternativa correta.

(A) Prevê a CF que a seguridade social deverá ser custeada por toda a sociedade, de forma direta, o que é feito por meio das contribuições sociais, não se admitindo meios indiretos de contribuição.
(B) De acordo com a CF, a instituição das contribuições sociais é exclusiva da União.
(C) De modo a atender ao "princípio da não surpresa", dando-se tempo aos contribuintes e segurados para adequada preparação financeira, as novas contribuições sociais devem respeitar o princípio da anterioridade, segundo o qual a cobrança somente poderá ser exigida no exercício financeiro seguinte à criação.
(D) São considerados como beneficiários do Regime Geral de Previdência Social os segurados obrigatórios, que são filiados ao sistema de modo compulsório a partir do momento em que exerçam atividade remunerada e, por ser direito personalíssimo, excluem-se dessa categoria de beneficiários seus dependentes.
(E) A filiação é o vínculo jurídico que se estabelece entre o segurado e o Regime Geral da Previdência Social, decorrendo automaticamente da atividade remunerada, enquanto a inscrição é um ato formal por meio do qual o segurado fornece dados necessários à sua identificação, podendo ocorrer antes ou depois da filiação.

QUESTÃO 40

Com o objetivo de coagir as empresas a efetuar suas contribuições corretamente, o legislador ordinário instituiu tipos penais, visando àqueles que não cumprem suas obrigações previdenciárias. Com relação aos crimes contra a seguridade social, assinale a alternativa correta.

(A) Se o agente que comete a apropriação indébita previdenciária, espontaneamente, declara, confessa e efetua o pagamento das contribuições, das importâncias ou dos valores, prestando as informações devidas à Previdência Social antes do início da ação fiscal, tem extinta sua punibilidade.

(B) Se o agente simplesmente facilita a inserção de dados falsos em sistemas informatizados ou no banco de dados da Previdência Social por um funcionário público, não responde por crime, uma vez que a lei exige que o funcionário autorizado faça a inserção, sendo um crime próprio, formal e comissivo.

(C) A modificação, ou alteração, pelo funcionário, de sistema de informações ou programa de informática, sem autorização ou solicitação da autoridade competente, é considerada como crime material e impróprio, visto que exige um resultado para sua consumação e pode ser cometido por qualquer pessoa.

(D) Segundo decisões recentes do STJ, mesmo que por curto período de tempo, se o agente deixar de registrar o contrato de trabalho em carteira de trabalho e previdência social (CTPS), responderá por crime, não se admitindo a aplicação do princípio da insignificância.

(E) Cometendo o agente crime de falsificação com o intuito de deixar de pagar contribuição previdenciária, responderá por esta em concurso com a sonegação de contribuição.

QUESTÃO 41

No que se refere a obrigações tributárias e a fato imponível ou gerador, assinale a alternativa correta.

(A) A obrigação tributária principal é de natureza não patrimonial, enquanto a obrigação tributária acessória é de natureza patrimonial.

(B) Os fatos geradores de uma obrigação tributária principal podem ser os previstos em lei e os fatos do cotidiano que gerem dever perante o Estado.

(C) A obrigação acessória, pelo simples fato de sua inobservância, torna-se fato gerador de uma obrigação principal, que é relativa à penalidade pecuniária.

(D) O fato gerador de uma obrigação tributária principal não pode gerar, na mesma oportunidade, uma obrigação tributária acessória.

(E) Para o surgimento de uma obrigação tributária, deve-se levar em conta a validade jurídica dos atos praticados pelo contribuinte, responsável ou terceiro, bem como a natureza de seu objeto e seus efeitos.

QUESTÃO 42

Acerca de conceito, constituição, suspensão e extinção do crédito tributário, assinale a alternativa correta.

(A) Quando o crédito tributário for constituído diretamente pelo sujeito passivo, não será necessária a atuação da autoridade administrativa.

(B) Uma vez constituído, o crédito tributário somente se modificará, se extinguirá ou terá sua exigibilidade suspensa ou excluída nos casos previstos em lei, fora dos quais não poderá a autoridade administrativa dispensar seu pagamento ou suas garantias, sob pena de responsabilidade funcional.

(C) Salvo disposição de lei em contrário, quando o valor tributário estiver expresso em moeda estrangeira, dever-se-á fazer a conversão para a moeda nacional, considerando-se o câmbio do dia do lançamento.

(D) A suspensão da exigibilidade do crédito tributário não poderá ocorrer antes de sua constituição definitiva, visto que é com a constituição do crédito que nasce o direito de exigi-lo.

(E) A lei que concede a moratória, forma de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, não poderá ser aplicada à determinada região do território da pessoa jurídica que a expedir ou à determinada classe ou categoria de sujeitos passivos, devendo, portanto, ter seus efeitos estendidos para todos, *erga omnes*.

QUESTÃO 43

Dispõe o artigo 1.º do Código Civil que toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil. Por outro lado, o artigo 2.º assevera que a personalidade civil da pessoa começa com o nascimento com vida. Com relação aos conceitos de capacidade e personalidade, assinale a alternativa correta.

(A) A partir do nascimento com vida, o ente passa a ser sujeito de direito e de deveres, tornando-se, porém, requisito inafastável, sendo que sua ocorrência ou não determina consequências da mais alta relevância, inclusive no aspecto sucessório.
(B) Sendo transitória a causa da impossibilidade de expressão da vontade, não se pode considerar uma pessoa como relativamente incapaz.
(C) A existência da pessoa natural somente termina com a morte natural ou física.
(D) Para a individualização da pessoa natural no seio da sociedade e da família, usa-se o prenome e o sobrenome, sendo vedado pela lei a alteração, exceto nos casos em que exponha a pessoa ao ridículo.
(E) O atual Código Civil dispõe que os direitos da personalidade possuem as mesmas características dos direitos de ordem patrimonial e, por consequência, possuem conteúdo econômico imediato, podendo-se, ainda, destacá-los da pessoa de seu titular.

QUESTÃO 44

Acerca dos conceitos e das consequências da prescrição e da decadência, assinale a alternativa correta.

(A) Com base em um critério clássico de distinção, tem-se que a decadência atinge diretamente a ação e, por via oblíqua, faz desaparecer o direito por ela tutelado, enquanto a prescrição, ao contrário, atinge diretamente o direito e, por consequência, extingue a ação.
(B) A prescrição pode ser classificada como aquisitiva e extintiva, uma vez que, em seu conceito, o decurso do tempo, elemento comum às duas espécies, tem influência tanto para se adquirir direitos quanto para extingui-los.
(C) A prescrição, a perempção e a preclusão são institutos que geram a perda de direitos ou faculdades, sendo que as duas primeiras são de natureza material e a última, de natureza processual.
(D) É válida a renúncia à prescrição, desde que expressa, sem prejuízo a terceiros e realizada depois que a prescrição se consumar.
(E) Como regra, os prazos prescricionais são aqueles definidos por lei, contudo, por acordo das partes, estes prazos e, ainda, as causas de interrupção e suspensão podem ser alterados.

QUESTÃO 45

No que se refere ao domicílio das pessoas naturais e jurídicas, assinale a alternativa correta.

(A) O domicílio da pessoa natural pode ser voluntário, quando escolhido por ela, não podendo coexistir com o necessário, uma vez que este é determinado por lei em razão da condição ou da situação da pessoa.
(B) A pessoa jurídica que possuir diversos estabelecimentos deverá eleger um deles como seu domicílio, fazendo constar de seu estatuto ou ato constitutivo.
(C) Caso a pessoa natural não tenha residência habitual, seu domicílio será o local onde for encontrada.
(D) Os contratantes devem respeitar as normas legais no que se refere ao domicílio, não se admitindo, no direito brasileiro, o domicílio convencional por meio do qual as partes especifiquem onde devem ser exercitadas e cumpridas as obrigações resultantes do contrato.
(E) Se um agente diplomático que tenha sido citado no estrangeiro alegar extraterritorialidade sem designar seu domicílio no país, deverá ser demandado no Distrito Federal, uma vez que ali está localizada a capital do País.

QUESTÃO 46

Bem, em sentido filosófico, é tudo o que satisfaz uma necessidade humana. Juridicamente falando, o conceito de coisas corresponde ao de bens. Tomando-se por base a classificação dos bens, assinale a alternativa correta.

(A) São bens fungíveis os bens móveis ou imóveis que possam ser substituídos por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.
(B) Os bens podem ser divididos em consumíveis e não consumíveis, sendo certo que estes últimos, embora utilizados, preservem suas qualidades para os fins a que se destinem e, quando sofrerem deterioração, perecendo suas primitivas formas e sua utilidade, serão incluídos no conceito de bens consumíveis.
(C) Os bens naturalmente divisíveis podem tornar-se indivisíveis por determinação da lei, não se admitindo, por outro lado, que, mediante um negócio jurídico, se estabeleça a indivisibilidade da coisa.
(D) Ao se tratar dos bens reciprocamente considerados, tem-se que os frutos e produtos podem ser objeto de negócio jurídico, desde que separados do bem principal.
(E) Os bens considerados em si mesmos podem ser divididos em móveis e imóveis, sendo que os primeiros são adquiridos pela simples tradição e os segundos dependem de escritura pública e registro em cartório competente, com exceção daqueles cujo valor seja inferior a trinta vezes o maior salário mínimo do País.

QUESTÃO 47

De acordo com a nova normatização das audiências de mediação e de conciliação, assinale a alternativa correta.

(A) Por se tratar de ato prévio e isolado, buscando-se, ainda, a celeridade processual, as audiências de conciliação e de mediação deverão ser realizadas e finalizadas em uma única sessão.
(B) A audiência de conciliação e de mediação não será realizada quando as partes manifestarem expressamente desinteresse na composição consensual, devendo o autor fazê-lo, desde logo, na petição inicial e o réu, quando de sua intimação para o ato, em certidão lavrada por oficial de justiça.
(C) Nos processos cujo objeto seja direito indisponível, não serão realizadas as audiências de conciliação e(ou) mediação.
(D) O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado como ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa.
(E) Nas audiências de conciliação e mediação, as partes devem-se fazer pessoalmente presentes, não podendo se fazer representar por advogados ou por terceiros, mesmo que com procuração com poderes específicos.

QUESTÃO 48

A respeito dos conceitos, da forma, do tempo e do lugar dos atos processuais, assinale a alternativa correta.

(A) Sempre que o ato processual tiver uma forma prevista em lei, deverá ser praticado segundo tal formalidade, sob pena de nulidade.
(B) De comum acordo, o magistrado e as partes poderão fixar calendário para a prática de atos processuais, sendo que este vinculará os acordantes, não se podendo modificar os prazos nele previstos.
(C) Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa.
(D) Segundo entendimento do STJ, todos os atos e termos do processo devem ser redigidos em língua portuguesa, não se admitindo a juntada de documento em língua estrangeira, exceto se acompanhado de versão em língua portuguesa tramitada por via diplomática ou pela autoridade central, ou firmada por tradutor juramentado.
(E) Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade somente produzem seus efeitos quanto à constituição, modificação ou extinção de direitos processuais após competente homologação judicial.

QUESTÃO 49

Acerca das partes e de seus procuradores, assinale a alternativa correta.

(A) Aquele que opõe resistência injustificada ao andamento do processo é considerado como litigante de má-fé, sendo sua conduta também tipificada como ato atentatório à dignidade da jurisdição e cabendo a cumulação de multas previstas na legislação.
(B) Verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte, o magistrado, de plano, extinguirá o processo, sem o julgamento de seu mérito, não impossibilitando que se ajuíze nova ação, sanada a pendência.
(C) Do autor da ação, brasileiro ou estrangeiro, que residir fora do Brasil ou deixar de residir no País ao longo da tramitação do processo sempre será cobrada caução suficiente para o pagamento das custas e dos honorários de advogado da parte contrária.
(D) Caso a sentença tenha sido proferida com fundamento em desistência, em renúncia ou reconhecimento do pedido, total ou parcialmente, todas as despesas e os honorários serão pagos pela parte que desistiu, renunciou ou reconheceu.
(E) Não é possível que um dos cônjuges proponha sozinho uma ação judicial que tenha como objeto direitos reais imobiliários.

QUESTÃO 50

Quanto à tutela provisória, assinale a alternativa correta.

(A) As tutelas provisórias de urgência e de evidência exigem, para seu deferimento em cognição sumária, a probabilidade de existência do direito e do perigo do tempo.
(B) Efetivada a tutela cautelar, o pedido principal terá de ser formulado pelo autor, não se podendo modificar ou aditar a causa de pedir, uma vez que se trata de fundamento daquela.
(C) Em regra, no caso de suspensão do processo por qualquer causa, a tutela provisória perderá sua eficácia durante esse período.
(D) A tutela de urgência de natureza antecipada poderá ser concedida mesmo quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.
(E) Se o réu, quando citado para contestar o pedido da tutela cautelar antecedente, não apresentar resposta, será considerado como revel, não podendo impugnar aqueles fatos quando do pedido principal.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a folha de texto definitivo da prova discursiva, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de **30 linhas** será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na folha de texto definitivo.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta **preta** ou **azul**. Em caso de rasura, passe um traço sobre o conteúdo a ser desconsiderado e prossiga o registro na sequência. Não será permitido o uso de corretivo.
- O espaço destinado à transcrição de texto da **folha de texto definitivo** não poderá ser assinado, rubricado nem conter nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova. Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- A **folha de texto definitivo** será o único documento válido para avaliação da prova discursiva. A folha para rascunho neste caderno é de preenchimento facultativo e não servirá para avaliação.

Redija um texto dissertativo, esclarecendo se são aplicáveis aos conselhos de fiscalização profissional os princípios da Administração Pública para a dispensa de seus funcionários.

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

a) natureza jurídica destes conselhos (segundo entendimento do STF) e suas funções;

b) natureza de autarquia pública segundo o STF;

c) necessidade de instauração de processo administrativo para demissão de funcionários; e

d) fiscalização do exercício profissional.